

RELATÓRIO FINAL DA 3ª CEST

EIXO I - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA	
a) O desenvolvimento socioeconômico e seus reflexos na saúde do trabalhador e da trabalhadora	
APROVADA ORDEM 20ª Nº VOTOS 44	1101 - Estabelecer uma agenda de fomento à pesquisa, financiada com recursos públicos, que adote critérios epidemiológicos e de relevância social, para estimular o desenvolvimento de estudos sobre a relação saúde, trabalho e meio ambiente, o desenvolvimento de tecnologias limpas e seguras e as relações entre desenvolvimento econômico e saúde, de modo a fornecer subsídios para o enfrentamento de problemas prioritários, com ampla difusão destes conhecimentos.
	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA ORDEM 22ª Nº VOTOS 41	1102 - Garantir a realização de consulta pública à sociedade civil organizada e a participação dos trabalhadores e suas entidades sindicais na decisão de introdução de novas tecnologias independentemente do setor econômico, bem como a inserção e avaliação de indicadores de saúde dos trabalhadores e de saúde ambiental nos processos de licenciamento e nos estudos de impacto ambiental.
	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA ORDEM 28ª Nº VOTOS 35	1103 - Garantir que as ações fiscalizadoras sejam de responsabilidade dos órgãos públicos, em todas as esferas de governo, exercidas pelo Sistema Único de Saúde e demais órgãos afins, de forma descentralizada e integrada, em conjunto com os sindicatos de trabalhadores e controle social, evitando que situações políticas locais interfiram no cumprimento das mesmas.
	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA ORDEM 3ª Nº VOTOS 131	1104 - Reduzir a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salário, por conta da carga de trabalho excessiva estar gerando o adoecimento e alienação dos trabalhadores e trabalhadoras.
	Destaque não aprovado.
	Supressão Parcial em apenas 1 GT com >70% (GT9)
APROVADA ORDEM 29ª Nº VOTOS 32	1105 - Reconhecer e assegurar o direito de recusa ao trabalho em condições de risco iminente à saúde e segurança dos trabalhadores.
	Destaque não aprovado.
	Supressão Total em apenas 1 GT com >70% (GT5)
APROVADA ORDEM 43ª Nº VOTOS 17	1106 - Tornar obrigatório, nos equipamentos e máquinas de linhas de produção, sistema de controle de ritmo de trabalho, que registre todo o período trabalhado, de modo indicar as pausas necessárias, pela saúde e pela segurança do trabalhador. Bem como, garantir o acesso aos trabalhadores, suas entidades sindicais e as autoridades públicas as informações destes sistemas de controle.
	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA ORDEM 15ª Nº VOTOS 70	1107 - Proibir a produção e comercialização de transgênicos e de estruturas e novos materiais a partir dos átomos (nanotecnologia), até que existam estudos continuados que comprovem a inexistência de danos à saúde e ao ambiente e que a realização das pesquisas referentes a estes produtos sejam controladas e fiscalizadas pelo poder público e controle social.
	Destaque não aprovado.
	Supressão Total em apenas 1 GT > 70% (G6)
	Fusão em apenas 2 GTs > 70% (GT 1 e GT2)
SUPRIMIDA ORDEM 49ª Nº VOTOS 14	1108 - Controlar e fiscalizar a produção e comercialização de transgênicos, intensificando estudos continuados de impacto à saúde e ao ambiente e que a realização das pesquisas referentes a esses produtos sejam controladas e fiscalizadas pelo poder público e controle social.
	Destaque aprovado.
	Supressão Total em 6 GTs com >70% (GT1, GT2, Gt7, GT8, GT9 e GT10) e >50% (GT5)

APROVADA	1109 - Combater a terceirização e os contratos precários, promovendo o desenvolvimento de políticas de emprego formal e erradicação do trabalho precário.
ORDEM 14ª	
Nº VOTOS 71	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA	1110 - Garantir a equiparação dos direitos trabalhistas entre os trabalhadores das empresas contratantes e os trabalhadores terceirizados, cooperativados e prestadores de serviços.
ORDEM 40ª	
Nº VOTOS 19	Destaque não aprovado. <i>Supressão Total em apenas 1 GT com >70% (GT4)</i>
SUPRIMIDA	1111 - Combater as horas-extras e os bancos de horas por provocarem prejuízos à saúde devido à sobrecarga de trabalho.
ORDEM 55ª	
Nº VOTOS 12	Resultado da Votação em Plenária Final: Supressão Total por ampla maioria de votos.
SUPRIMIDA	1112 - Proibir as horas-extras e os bancos de horas por provocarem prejuízos à saúde devido à sobrecarga de trabalho.
ORDEM 86ª	
Nº VOTOS 5	Destaque aprovado. <i>Supressão Total em 7 GTs com >70% (GT1, GT2, GT5, GT6, GT7, GT8 e GT10) e 2 GTs com >50% (GT3 e GT4)</i> <i>Supressão Parcial em 1 GT com >70% (GT9)</i>
APROVADA	1113 - Combater as horas-extras e proibir os bancos de horas por provocarem prejuízos à saúde devido à sobrecarga de trabalho.
ORDEM 5ª	
Nº VOTOS 112	Destaque não aprovado. <i>Supressão Total em apenas 4 GTs com >70% (GT1, GT2, GT6 e GT9)</i>
SUPRIMIDA	1114 - Proibir as horas-extras e combater os bancos de horas por provocarem prejuízos à saúde devido à sobrecarga de trabalho.
ORDEM 74ª	
Nº VOTOS 7	Destaque aprovado. <i>Supressão Total em 8 GTs com >70% (GT1, GT2, GT3, GT4, GT5, GT7, GT9 e GT10) e 1 GT com >50% (GT6)</i>
APROVADA	1115 - Estabelecer medidas que obriguem as empresas obedecerem aos padrões nacionais e internacionais de proteção ao trabalhador e ao meio ambiente.
ORDEM 86ª	
Nº VOTOS 5	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA	1116 - Promover ações interinstitucionais e intersetoriais de combate ao uso de agrotóxicos, envolvendo órgãos responsáveis pela saúde, trabalho, educação, meio ambiente, agricultura e movimentos sociais, visando à promoção e proteção da saúde da população e do meio ambiente e investindo na pesquisa dos impactos à saúde, incluindo a ampliação e qualificação de análises laboratoriais.
ORDEM 30ª	
Nº VOTOS 31	Destaque não aprovado. <i>Supressão Total em apenas 1 GT com >70% (GT2)</i>
APROVADA	1117 - Agilizar os processos de reavaliação dos registros e dos cadastros de agrotóxicos visando a proibição do uso de agrotóxicos perigosos e de maior risco à saúde e ao meio ambiente e reafirmar a proibição da importação e produção do uso de agrotóxicos já proibidos nos países de origem.
ORDEM 4ª	
Nº VOTOS 122	Destaque não aprovado. <i>Supressão Parcial em apenas 1 GT com >70% (GT9)</i>

APROVADA	1118 - Penalizar o tráfico de agrotóxicos como crime hediondo.
ORDEM 16ª	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
Nº VOTOS 69	
APROVADA	1119 - Implementar políticas públicas, que incentivem e valorizem a agricultura familiar, o cooperativismo, a produção e comercialização de produtos agroecológicos, privilegiando as metodologias participativas e permitindo a ampliação da cidadania e da inclusão social.
ORDEM 22ª	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
Nº VOTOS 41	
APROVADA	1120 - Garantir o cumprimento das políticas públicas para o destino adequado dos resíduos sólidos e líquidos advindos das atividades produtivas.
ORDEM 111ª	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
Nº VOTOS 1	
APROVADA	1121 - Garantir que as empresas e outros tipos de organizações de trabalho informem aos trabalhadores, às autoridades públicas, aos sindicatos e à comunidade, a relação das substâncias tóxicas, ou que podem se tornar tóxicas quando entram em contato com outros elementos, que são utilizadas, produzidas e/ou armazenadas nas suas dependências, bem como, os riscos à saúde e ao ambiente, decorrentes do processo produtivo e da organização do trabalho. Estabelecer a ampla divulgação destas informações como condição prévia para o início da produção de novos produtos e para a concessão de alvarás de funcionamento às novas empresas.
ORDEM 33ª	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
Nº VOTOS 29	
APROVADA	1122 - Exigir e garantir que todos os produtos de consumo humano devam ter a identificação e descrição dos produtos químicos utilizados no processo produtivo, em linguagem de fácil compreensão.
ORDEM 60ª	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
Nº VOTOS 11	
APROVADA	1123 - Garantir que a água seja pública e de qualidade, com controle social.
ORDEM 25ª	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
Nº VOTOS 39	
APROVADA	1124 - Implantar uma política de antídotos, para intoxicações por produtos químicos, em âmbito municipal, estadual e federal.
ORDEM 63ª	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
Nº VOTOS 10	
SUPRIMIDA	1125 - Reconhecer e assegurar o direito de recusa ao trabalho em condições de risco iminente à saúde e segurança dos trabalhadores.
ORDEM 43ª	Destaques aprovado. <i>Supressão Total em 6 GTs com >70% (GT3, GT4, GT6, GT7, GT8 e GT9)</i>
Nº VOTOS 17	
APROVADA	1126 - Exigir que as empresas mantenedoras de contrato com os diversos segmentos de produção, como as integradoras, forneça os EPIs, capacite os trabalhadores envolvidos no processo e faça o monitoramento dos mesmos no processo de produção.
ORDEM 30ª	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
Nº VOTOS 31	

APROVADA	1127 - Garantir a todos os servidores públicos, nos âmbitos municipais, estaduais e federal, todos os direitos da iniciativa privada na área da saúde do trabalhador.
ORDEM 21ª	Destaque não aprovado. <i>Supressão Total em apenas 1 GT com >50% (GT10)</i> <i>Fusão em apenas 1 GT com >50% (GT4)</i>
Nº VOTOS 43	
APROVADA	1128 - Garantir o cumprimento da legislação que contempla todos os trabalhadores com deficiência.
ORDEM 74ª	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
Nº VOTOS 7	
APROVADA	1129 - Criar e implantar uma política de prevenção, promoção, proteção e recuperação em saúde mental no trabalho, no setor público e privado, garantindo a inclusão e reconhecimento do sofrimento psíquico das doenças mentais nas avaliações ocupacionais de saúde do trabalhador.
ORDEM 10ª	Destaque não aprovado <i>Supressão Parcial em apenas 1 GT com >70% (GT3)</i>
Nº VOTOS 82	
APROVADA	1130 - Garantir às trabalhadoras gestantes o direito de comparecer ao acompanhamento pré-natal sem prejuízo dos seus benefícios.
ORDEM 63ª	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
Nº VOTOS 10	
APROVADA	1131 - Criar no quadro da equipe básica da vigilância em saúde do trabalhador, nos municípios e estados, cargo com poder de polícia administrativa, a fim de garantir a fiscalização nos ambientes de trabalho, garantindo um número mínimo de fiscais específico de saúde do trabalhador.
ORDEM 36ª	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
Nº VOTOS 25	
APROVADA	1132 - Garantir que o SUS implemente e execute ações de saúde, de forma interdisciplinar (médicos, nutricionistas, psicólogos, dentistas, e demais trabalhadores) visitando os locais de trabalho regularmente, prevenindo e promovendo a saúde do catador/reciclador – cujo trabalho é insalubre – e a segurança dos mesmos, bem como buscar fortalecer o trabalho associativo e cooperativista e combater o trabalho precário proveniente da informalidade.
ORDEM 40ª	Destaque não aprovado. <i>Supressão Parcial em apenas 1 GT com >70% (GT9)</i>
Nº VOTOS 19	
APROVADA	1133 - Garantir a estabilidade aos trabalhadores (as) integrantes da defesa interna ou similar, durante e até um ano após o término do exercício.
ORDEM 111ª	Destaque não aprovado. <i>Supressão Total em apenas 3 GTs com >70% (GT2, GT3, GT8) e 1 GT com >50% (GT4)</i>
Nº VOTOS 1	
APROVADA	1134 - Combater toda e qualquer forma de violência de gênero, respeitando as identidades de gênero em ambientes de trabalho, sindicais e entidades a fins, buscando romper com as desigualdades de oportunidades e direitos entre homens e mulheres.
ORDEM 12ª	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
Nº VOTOS 75	
b) Fortalecimento da participação dos trabalhadores e das trabalhadoras, da comunidade e do controle social nas ações de saúde do trabalhador e da trabalhadora.	
APROVADA	1201 - Instituir e regulamentar comissões de saúde, trabalho e meio ambiente, em todos os locais de trabalho, com eleição direta de todos os integrantes, com estabilidade no período e por no mínimo de 2 (dois) anos após o término do mandato, com poder de negociação e qualificação destes através da formação.
ORDEM 111ª	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
Nº VOTOS 1	

APROVADA	1202 - Ampliar o controle social em saúde do trabalhador, com a participação do movimento sindical, buscando interferir nas tecnologias que causam o desemprego, os danos à saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores.
ORDEM 74ª	
Nº VOTOS 7	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA	1203 - Garantir, sem compensação de horas e prejuízo na remuneração, a dispensa de ponto para todo trabalhador com representação nos Conselhos de Saúde, como forma de possibilitar a participação dos trabalhadores junto às instâncias do controle social.
ORDEM 60ª	
Nº VOTOS 11	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA	1204 - Criar uma rede de comunicação, mantida pelo poder público, para a divulgação ampla das ações de saúde e do papel do controle social.
ORDEM 86ª	
Nº VOTOS 5	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA	1205 - Incentivar e garantir a educação permanente do controle social que trate da prevenção de acidentes e doenças do processo de adoecimento e os meios de promoção e proteção da saúde, bem como que em todos os níveis de ensino sejam desenvolvidos conteúdos ou disciplinas de saúde do trabalhador, ampliado o processo de educação permanente dos trabalhadores e do controle social, inclusive com repasse de recursos financeiros aos municípios.
ORDEM 17ª	
Nº VOTOS 66	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA	1206 - Penalizar o gestor que encaminhe o orçamento da saúde antes de ser aprovado pelo Conselho de Saúde.
ORDEM 40ª	
Nº VOTOS 19	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA	1207 - Estimular a articulação das entidades que realizam ações de saúde do trabalhador, por meio de eventos específicos e pertinentes a cada região.
ORDEM 91ª	
Nº VOTOS 4	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA	1208 - Garantir e fortalecer a implantação de Comissões Intersetoriais de Saúde do Trabalhador nos Conselhos de Saúde e de fóruns de discussão permanente, assegurando o direito de participação dos trabalhadores na formulação, planejamento, avaliação, e controle das políticas e ações de saúde do trabalhador, inclusive as de fiscalizações nos ambientes de trabalho e das políticas públicas, ambientais e desenvolvimento sustentável.
ORDEM 63ª	
Nº VOTOS 10	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA	1209 - O poder público deve produzir e repassar informações sobre riscos ambientais, produtos, condições inseguras, resultados e levantamentos ambientais e de saúde nos locais de trabalho, além de informações atualizadas e detalhadas sobre acidentes e doenças relacionados ao trabalho e garantir o acesso e o repasse aos sindicatos de trabalhadores ao controle social.
ORDEM 91ª	
Nº VOTOS 4	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA	1210 - Garantir espaços e representatividade, para todos os trabalhadores, visando a participação efetiva nos debates das políticas públicas ambientais e de desenvolvimento sustentável.
ORDEM 102ª	
Nº VOTOS 2	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA	1211 - Garantir a participação democrática dos trabalhadores, através da Organização Sindical nos Locais de Trabalho (OLT), visando à participação na gestão do trabalho e na defesa de seus interesses, com ênfase na saúde do trabalhador.
ORDEM 91ª	
Nº VOTOS 4	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS

APROVADA	1212 - Instituir a obrigatoriedade das empresas e órgãos públicos divulgarem seus programas de Gestão da Saúde, Segurança e Meio Ambiente aos órgãos competentes e ao controle social.
ORDEM 74 ^a	
Nº VOTOS 7	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA	1213 - Garantir horários para que os trabalhadores façam cursos organizados ou sob orientação sindical sobre segurança e saúde do trabalhador e considerar essas horas como efetivamente trabalhadas e pagas pelos empregadores, desde que em horário normal de trabalho.
ORDEM 43 ^a	
Nº VOTOS 17	Destaque não aprovado. <i>Supressão Parcial em apenas 2 GTs com >70% (GT3 e GT8).</i>
APROVADA	1214 - Disponibilizar com antecedência, de no mínimo 20 (vinte) dias, nos meios próprios de comunicação, os textos que serão analisados nas conferências de saúde, para que os participantes possam melhor se apropriarem do seu conteúdo, de forma qualificar o debate e os resultados.
ORDEM 91 ^a	
Nº VOTOS 4	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA	1215 - Ampliar a gestão da CIPA para dois anos, garantindo a seus membros o poder de interdição de máquinas ou setores que julguem prejudiciais à saúde e segurança dos trabalhadores, bem como ter o poder de escolha do presidente da comissão, dando à esta o poder de fiscalizar e cobrar os itens referentes às Normas Regulamentadoras.
ORDEM 70 ^a	
Nº VOTOS 8	Destaque não aprovado. <i>Supressão Parcial em 1 GT com >70% (GT10)</i>
APROVADA	1216 - Criar e cumprir calendário para as Conferências de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, com regularidade bianual, incluindo, junto as novas propostas, às da Conferência anterior que foram ou não implementadas e justificando estas últimas.
ORDEM 81 ^a	
Nº VOTOS 6	Destaque não aprovado <i>Supressão Parcial em apenas 1 GT com >70% (GT3)</i>
APROVADA	1217 - Garantir que a equipe do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST - seja concursada, com dedicação exclusiva e capacitada em saúde do trabalhador, com coordenação de servidor detentor de cargo efetivo.
ORDEM 34 ^a	
Nº VOTOS 28	Destaque não aprovado. <i>Fusão em apenas 1 GT com >70% (GT3)</i>
c) Efetivação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, considerando os princípios da integralidade e intersectorialidade nas três esferas de governo.	
APROVADA	1301 - Criar o observatório de Saúde do Trabalhador, que articule os diversos setores envolvidos através da integração de dados provenientes do cartão SUS, prontuário eletrônico, sistemas de informações estaduais (SINAN, SIM, SIAB, SIH, RCBP, RCBH) entre outros, com a finalidade de servir de fonte fidedigna de dados, e subsidiar a análise e planejamento das ações, estabelecimento de prioridades, execução e monitoramento das ações, além de permitir a divulgação de experiências exitosas e o acesso democrático à toda população.
ORDEM 18 ^a	
Nº VOTOS 65	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA	1302 - Garantir a integralidade na atenção à saúde dos trabalhadores, inserindo as ações de saúde do trabalhador em todas as instâncias da Rede de Atenção à Saúde do SUS (atenção primária em saúde, atenção especializada, CERESTs, urgência e emergência, atenção hospitalar, apoio diagnóstico, assistência farmacêutica e vigilância em saúde), e nas políticas públicas de saúde transversais à saúde do trabalhador, incluindo ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, respondendo às necessidades de cada território e fortalecendo a estrutura da Rede Nacional de Atenção Integral a Saúde do Trabalhador (RENAST).
ORDEM 11 ^a	
Nº VOTOS 76	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA	1303 - Implantar serviços especializados que respondam às demandas de saúde do trabalhador dentro do setor público, com a participação dos trabalhadores e controle social.
ORDEM 91 ^a	
Nº VOTOS 4	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS

APROVADA ORDEM 6ª Nº VOTOS 100	1304 - Exigir que o INSS: a) siga parâmetros definidos em protocolos, consensuados pelo Ministério da Saúde, para avaliação de doença, incapacidade e afastamento do trabalho, incluindo a utilização da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF); b) repasse as informações referentes às CATs (mesmo as recusadas), ao Ministério do Trabalho, aos órgãos de Vigilância em Saúde do Trabalhador do SUS e aos sindicatos; c) considere os laudos estabelecidos pelo SUS; d) aplique o Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP) na realização das perícias do INSS; e) aceite as CATs emitidas pelo SUS e sindicatos de trabalhadores; e que nenhuma negativa de nexo com o trabalho seja produzida sem a investigação e realização de perícia nos locais de trabalho, com a presença do trabalhador e respectivo sindicato. NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA ORDEM 43ª Nº VOTOS 17	1305 - Garantir o direito ao trabalhador de permanecer recebendo benefício previdenciário enquanto os peritos do INSS não fornecerem laudo pericial definitivo que garanta as condições de retorno ao trabalho. NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA ORDEM 55ª Nº VOTOS 12	1306 - Exigir que os médicos peritos do INSS sejam especialistas na área específica da doença do trabalhador. Destaque não aprovado. <i>Supressão Total em apenas 3 GTs com >70% (GT3, GT6 e GT10)</i>
SUPRIMIDA ORDEM 102ª Nº VOTOS 2	1307 - Exigir o cumprimento da resolução do Conselho Federal de Medicina para emissão de fins de perícia médica. Resultado da Votação em Plenária Final: Supressão Total por unanimidade.
SUPRIMIDA ORDEM 91ª Nº VOTOS 4	1308 - Exigir que o empregador seja responsável pelo custeio do tratamento, pela reabilitação, pela complementação salarial, pela indenização por danos causados, pela garantia da estabilidade no emprego e pelo pagamento Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS - durante o afastamento aos trabalhadores que sofreram algum agravo relacionado ao trabalho e que seja ampliado o período de estabilidade quando do retorno à empresa para 3 anos. Destakes aprovados. <i>Supressão Total em 7 GTs com >70% (GT1, GT2, GT3, GT6, GT7, GT9, GT10)</i>
SUPRIMIDA ORDEM 70ª Nº VOTOS 8	1309 - Exigir que o empregador seja responsável pelo custeio do tratamento, pela reabilitação, pela complementação salarial, pela indenização por danos causados, pela garantia da estabilidade no emprego durante o afastamento aos trabalhadores que sofreram algum agravo relacionado ao trabalho e que seja ampliado o período de estabilidade até a aposentadoria. Destakes aprovados. <i>Supressão Total em 7 GTs com >70% (GT1, GT2, GT3, GT4, GT6, GT7, GT8)</i>
APROVADA ORDEM 35ª Nº VOTOS 26	1310 - Exigir que o empregador seja responsável pelo custeio do tratamento, pela reabilitação, pela complementação salarial, pela indenização por danos causados, pela garantia da estabilidade no emprego e pelo pagamento Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS - durante o afastamento aos trabalhadores que sofreram algum agravo relacionado ao trabalho e que seja ampliado o período de estabilidade quando do retorno à empresa para 3 anos, e exigir ainda, se não houver função compatível com as limitações laborativas do(a) trabalhador(a) na empresa, que o empregador forneça a esse trabalhador(a): Indenização financeira referente a 3 (três) anos de remuneração, além do FGTS (fundo de garantia por tempo de serviço). Destakes não aprovado. <i>Supressão Total em apenas 1 GT com >70% (GT4)</i> <i>Fusão em apenas 1 GT com >70% (GT1)</i>
APROVADA ORDEM 74ª Nº VOTOS 7	1311 - Manter todos os benefícios das convenções coletivas, durante o período de afastamento, nos casos de acidentes ou doenças relacionados ao trabalho, pagos pelos empregadores. NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA ORDEM 55ª Nº VOTOS 12	1312 - Garantir a extensão das Normas Regulamentadoras (NRs) a todos os servidores públicos estatutários. Destakes não aprovados. <i>Supressão Total em apenas 1 GT com >70% (GT8)</i> <i>Supressão Parcial em apenas 1 GT com >70% (GT10)</i>

APROVADA ORDEM 67^a Nº VOTOS 9	1313 - Exigir lei complementar que regulamente a aposentadoria especial aos trabalhadores que exerçam atividades de risco e que sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde, ou a integridade física, unificando os direitos dos trabalhadores regido pela CLT e por Estatutos. NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA ORDEM 67^a Nº VOTOS 9	1314 - Garantir ao trabalhador rural os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos, quanto a acidentes de trabalho, invalidez e aposentadoria por idade, com equiparação, para fins de cálculo previdenciário, Destques não aprovados. <i>Supressão Total em apenas 1 GT com >70% (GT6)</i> <i>Supressão Parcial em apenas 2 GTs com >70% (GT1 e GT2)</i>
APROVADA ORDEM 1^a Nº VOTOS 162	1315 - Criar legislação que o assédio moral e as violências no ambiente de trabalho sejam considerados crime, punindo quem as praticou. O gestor público que tomar ciência do assédio e não tomar as devidas medidas será co-responsável sofrendo a perda do cargo público. E, o Estado terá que arcar com as despesas do tratamento das sequelas do assediado e seus familiares. No caso do gestor do setor privado a organização do trabalho será penalizada com multa com impedimento na participação em licitações públicas, além de arcar com as despesas do tratamento das sequelas do assediado e seus familiares, dentre outras penalidades. Destques não aprovado. <i>Supressão Parcial em apenas 1 GT com >70% (GT10)</i>
APROVADA ORDEM 91^a Nº VOTOS 4	1316 - Exigir a execução das Ações Regressivas pela Previdência Social e penalizar os responsáveis pela omissão. Destaque não aprovado. <i>Supressão Parcial em apenas 1 GT com >70% (GT3)</i>
APROVADA ORDEM 9^a Nº VOTOS 87	1317 - Lutar contra toda e qualquer iniciativa de privatização do SUS e da Previdência Social. NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA ORDEM 43^a Nº VOTOS 17	1318 - Ampliar o horário de atendimento dos serviços de saúde, facilitando o acesso dos trabalhadores. Destaque não aprovado. <i>Supressão Total em apenas 1 GT com >70% (GT3)</i>
APROVADA ORDEM 74^a Nº VOTOS 7	1319 - Garantir que em todos os níveis de ensino sejam desenvolvidos conteúdos ou disciplinas de saúde do trabalhador, especialmente na formação dos profissionais de saúde. NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA ORDEM 86^a Nº VOTOS 5	1320 - Ampliar o processo de educação permanente dos trabalhadores em saúde, inclusive com repasse de recursos financeiros aos municípios, construindo um perfil profissional que responda à atenção integral em saúde do trabalhador. NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA ORDEM 19^a Nº VOTOS 55	1321 - Construir Planos de Carreira com isonomia, no regime estatutário, com dedicação exclusiva e jornada de trabalho de 30 horas semanais, para todos os trabalhadores do SUS. NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS

APROVADA ORDEM 8ª Nº VOTOS 91	1322 - Garantir uma política de saúde mental no trabalho, que articule as ações individuais - de assistência e de recuperação dos agravos - com as ações coletivas - de proteção, promoção, prevenção, de vigilância dos ambientes, processos e atividades de trabalho, e de intervenção sobre os fatores determinantes da saúde dos trabalhadores - que contemple a complexidade das relações trabalho/saúde mental, a atuação multiprofissional e interdisciplinar, construindo as interações necessárias entre as Redes de Atenção Psicossocial e a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador.
	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA ORDEM 27ª Nº VOTOS 38	1323 - Criar lei que dispõe sobre a proibição da produção, comercialização e uso de produtos à base de amianto.
	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA ORDEM 37ª Nº VOTOS 23	1324 - Alterar a Lei n. 8.742/1993 de modo que garanta o pagamento de um salário mínimo por pessoa com deficiência que fique impossibilitada de exercer atividade laboral, independente da renda per capita familiar.
	Destaque não aprovado. <i>Supressão Parcial em apenas 1 GT com >50% (GT7)</i>
APROVADA ORDEM 22ª Nº VOTOS 41	1325 - Implantar centro de referência em saúde do trabalhador (CEREST) em todas as coordenadorias regionais de saúde visando descentralizar as ações de promoção, vigilância e assistência a saúde do trabalhador.
	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA ORDEM 2ª Nº VOTOS 143	1326 - Estabelecer legislações que garantam ao CEREST e às equipes de Vigilância em Saúde do Trabalhador dos municípios e estados, o poder de fiscalização nos ambientes de trabalho e a condição de autoridade sanitária, com a participação dos sindicatos, e que configurem como infração sanitária o descumprimento de legislações de promoção e proteção à saúde dos trabalhadores.
	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA ORDEM 13ª Nº VOTOS 76	1327 - Propor lei nacional estendendo o direito de aposentadoria especial a todas as categorias de mineradores, aos quinze anos de contribuição.
	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA ORDEM 81ª Nº VOTOS 6	1328 - Inserir a Terapia Ocupacional dentro de todos os órgãos vigentes responsáveis pela Segurança e Saúde do Trabalhador, nos CEREST; a NR 4, - Serviços Especializados em engenharia de Segurança e em medicina do trabalho (SESMT). Articulando os profissionais para conhecerem a NR 17 e a NR 7. Implementar tais ações no prazo legal de (1) ano.
	Destakes não aprovados. <i>Supressão Total em apenas 3 GTs com >70% (GT3, GT6, GT8)</i> <i>Supressão Parcial em apenas 1 GT com >70% (GT2)</i>
APROVADA COM SUPRESSÃO PARCIAL ORDEM 7ª Nº VOTOS 96	1329 - Garantir a participação democrática dos trabalhadores rurais e urbanos, incluindo as comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas) os mesmos direitos dos setores público e privado quanto a acidentes de trabalho, invalidez e aposentadoria por idade, com equiparação, para fins de cálculo previdenciário.
	Resultado da Votação em Plenária Final: Supressão Parcial das palavras “por idade” por unanimidade.
d) Financiamento da Política Nacional de Saúde do Trabalhador, nos Municípios, Estados e União	
APROVADA ORDEM 102ª Nº VOTOS 2	1401 - Estabelecer política tributária que taxem os produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente com alíquotas superiores e que prevejam multas de caráter progressivo aos infratores reincidentes da legislação de proteção à saúde do trabalhador
	Destaque não aprovado. <i>Supressão Total em apenas 1 Gt com >70%(GT2)</i>

APROVADA	1402 - Ampliar os recursos financeiros, e os modos de fiscalização destes, para viabilizar o sistema de vigilância e o desenvolvimento das ações de saúde do trabalhador.
ORDEM 53ª	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
Nº VOTOS 13	
APROVADA	1403 - Assegurar o caráter público do SAT (Seguro Acidente do Trabalho), destinando seus recursos para a execução de ações de saúde do trabalhador e garantir a aplicação do FAP (Fator Acidentário Previdenciário), corrigindo os tributos pagos pelas empresas de forma progressiva em função da reincidência de acidentes e adoecimento decorrentes do trabalho.
ORDEM 30ª	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
Nº VOTOS 31	
APROVADA	1404 - Criar dotação orçamentária e específica, por parte do Município, Estado e União para ampliação nos horários de atendimento de serviços de saúde na atenção primária e aumentar as rubricas de programas estratégicos como a Política de Incentivo Estadual à Qualificação da Atenção Básica em Saúde (PIES), para assegurar o acesso humanizado dos trabalhadores e das trabalhadoras fora de seus horários de trabalho.
ORDEM 25ª	Destaque não aprovado. <i>Fusão em apenas 1 GT com >70% (GT5)</i>
Nº VOTOS 39	
APROVADA	1405 - Criar financiamento específico em ações de saúde do trabalhador no âmbito estadual e nacional.
ORDEM 74ª	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
Nº VOTOS 7	
APROVADA	1406 - Descentralizar os recursos oriundos de fontes específicas, afim de que as VISAT tenham acesso e possam despor dos mesmos.
ORDEM 102ª	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
Nº VOTOS 2	
APROVADA	1407 - Que o CEREST tenha uma superintendência em sua abrangência com autonomia financeira e que os funcionários sejam concursados.
ORDEM 70ª	Destaques não aprovados. <i>Supressão Total em apenas 3 GTs com >70% (GT3, GT4 e GT6)</i> <i>Supressão Parcial em apenas 1 GT com >70% (GT1)</i>
Nº VOTOS 8	
APROVADA	1408 - Tornar obrigatório repasse financeiro da união e estado para viabilizar a implantação e manutenção de Vigilância em Saúde do Trabalhador nos municípios, assim tornando obrigatório aos empregadores públicos municipais a criação deste serviço com equipe mínima e fixa.
ORDEM 38ª	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
Nº VOTOS 21	

EIXO II – DEFINIÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA

APROVADA ORDEM 53ª Nº VOTOS 21	2101 - Fortalecer a implantação do Sistema de Informação em Saúde do Trabalhador do Rio Grande do Sul, incluindo o SIST/RS e o SINAN, bem como os demais sistemas de informação de interesse para a área (SIM, SIAB, SIH, RCBP, RCBH), com a finalidade de servir de fonte fidedigna de dados epidemiológicos e subsidiar o planejamento das ações de vigilância em saúde do trabalhador de forma regionalizada. NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA ORDEM 48ª Nº VOTOS 16	2102 - Promover a divulgação periódica das estatísticas das notificações de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, em meios eletrônicos, boletins, cartilhas, impressos, vídeos, rádio e demais instrumentos de comunicação e difusão, de forma mobilizar os trabalhadores, suas centrais sindicais, os profissionais de saúde, instituições e movimentos sociais para a necessidade de fortalecimento e acompanhamento das ações de promoção e proteção à saúde dos trabalhadores, sindicatos e centrais sindicais. NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA ORDEM 111ª Nº VOTOS 1	2103 - Criar grupos intersetoriais com temáticas específicas de saúde do trabalhador para desenvolver planos de ação e enfrentamento destes agravos de forma coletiva. Destaque não aprovado. <i>Supressão Total em apenas 1 GT com >70% (GT5)</i>
APROVADA ORDEM 98ª Nº VOTOS 3	2104 - Implementar um sistema informatizado de gestão da saúde dos servidores estaduais e municipais, que contemple toda a vida funcional destes servidores em relação à saúde no trabalho, possibilitando construir programas preventivos. Destakes não aprovados. <i>Supressão Total em apenas 4 GTs com >70% (GT1, GT3, GT6 e GT2)</i> <i>Fusão em apenas 1 GT com >70% (GT5)</i>
APROVADA ORDEM 49ª Nº VOTOS 14	2105 - Implementar um sistema informatizado de gestão da saúde dos servidores e trabalhadores que contemple toda a vida funcional dos servidores em relação a saúde no trabalho, inclusive em relação às questões de hábitos alimentares e atividades físicas cotidianos que têm impacto nas condições físicas e comportamentais dos mesmos. Com isto, possibilitando constituir programas preventivos baseados na informação específica de cada Estado e município da nação. Destakes não aprovados. <i>Supressão Total em apenas 1 GT com >70% (GT7)</i> <i>Supressão Parcial em apenas 1 GT com >70% (GT1)</i> <i>Fusão em apenas 1 GT com >70% (GT6)</i>
APROVADA ORDEM 111ª Nº VOTOS 1	2106 - Que em todos os estabelecimentos sejam retiradas as caixas d água de amianto usadas para consumo humano. NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
SUPRIMIDA ORDEM 102ª Nº VOTOS 2	2107 - Implementar um sistema informatizado de gestão da saúde de todos os trabalhadores que contemple toda a vida funcional destes trabalhadores em relação a saúde no trabalho, possibilitando construir programas preventivos. Destakes aprovados. <i>Supressão Total em 6 GTs com >70% (GT1, GT2, GT3, GT4, GT6, GT9)</i>
APROVADA ORDEM 49ª Nº VOTOS 14	2108 - Garantir a efetividade da notificação de todo e qualquer tipo de acidente de trabalho, com previsão de penalidades às instituições e serviços públicos ou privados, na área da saúde, que não cumprirem com tal responsabilidade. NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA ORDEM 98ª Nº VOTOS 3	2109 - Lutar pela aprovação do fim da dispensa imotivada, conforme Resolução 158 OIT, cuja o Brasil é signatário. Destaque não aprovado. <i>Supressão Parcial em apenas 1 GT com >70% (GT1)</i>

APROVADA	2110 - Ter acesso as normas de fiscalização e controle dos insumos na produção de produtos alimentícios fiscalizados pelo poder público.
ORDEM 98ª	
Nº VOTOS 3	Destaque não aprovado. <i>Supressão Total em apenas 1 GT com >70% (GT2)</i>
APROVADA	2111 - Implantar e fortalecer a Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador – CIST - em todos os conselhos de saúde.
ORDEM 60ª	
Nº VOTOS 11	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA	2112 - Garantir que a coordenação do CEREST seja homologada pelo Conselho Gestor do mesmo.
ORDEM 81ª	
Nº VOTOS 6	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA	2113 - Garantir a aprovação do Código Estadual de Saúde.
ORDEM 102ª	
Nº VOTOS 2	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA	2114 - Garantir a aprovação do Código Estadual de Vigilância em Saúde.
ORDEM 102ª	
Nº VOTOS 2	Destaque não aprovado. <i>Supressão Total em apenas 1 GT com >70% (GT6)</i>
APROVADA	2115 - Garantir um CEREST, com gestão estadual, para cada região de saúde.
ORDEM 63ª	
Nº VOTOS 10	Destaque não aprovado. <i>Supressão Total em apenas 1 GT com >70% (GT10)</i> <i>Supressão Parcial em apenas 3 GTs com >70% (GT3, GT6 e GT7)</i>
APROVADA	2116 - Fortalecer as instituições mediante a formação de corpo técnico e administrativo e a realização de concursos públicos, nomeando os servidores públicos necessários ao atendimento das demandas, além da estruturação das instituições e outros procedimentos que visem garantir a integralidade efetiva das ações de saúde do trabalhador.
ORDEM 70ª	
Nº VOTOS 8	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA	2117 - Elaboração, sob o enfoque da lógica de território, de uma proposta da vigilância que disponha de instrumentos para analisar e monitorar o processo de trabalho e a saúde, avaliando as suas possíveis consequências para as próximas gerações e para o meio ambiente.
ORDEM 81ª	
Nº VOTOS 6	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA	2118 - Fortalecer a Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) e promover a integração com os demais componentes da Vigilância em Saúde, incorporando a categoria trabalho como importante determinante do processo saúde-doença da população e potencial gerador de riscos à saúde nos territórios.
ORDEM 38ª	
Nº VOTOS 21	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA	2119 - Estruturar o planejamento conjunto entre a Vigilância em Saúde e a rede de atenção a saúde, com estabelecimento de prioridades comuns para a atuação integrada, com base na análise da situação de saúde e no mapeamento das atividades produtivas nos territórios.
ORDEM 98ª	
Nº VOTOS 3	Destaque não aprovado. <i>Supressão Total em apenas 1 GT com >70% (GT2)</i>

APROVADA	2120 - Estruturar o planejamento conjunto entre a Vigilância em Saúde e a Atenção Primária em Saúde, com estabelecimento de prioridades comuns para a atuação integrada, com base na análise da situação de saúde e no mapeamento das atividades produtivas nos territórios, garantindo a vacina H1N1 para toda a população.
ORDEM 81 ^a	
Nº VOTOS 6	Destacques não aprovados. <i>Supressão Total em apenas 1 GT com >70% (GT8)</i> <i>Supressão Parcial em apenas 1 GT com >70% (GT6)</i>
SUPRIMIDA	2121 - Destinar parte dos recursos estaduais em saúde na adequação dos prédios públicos as SES-RS, proporcionando melhores condições de trabalho e de segurança dos servidores estaduais.
ORDEM 111 ^a	
Nº VOTOS 1	Resultado da Votação na Plenária Final: Supressão Total por maioria de votos (115 votos contra 76 votos de Supressão Parcial)
APROVADA	2122 - Criar delegacia de polícia especializada em acidente ao trabalho.
ORDEM 67 ^a	
Nº VOTOS 9	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA	2123 - Garantir o fortalecimento dos CERESTs e do setor de saúde do trabalhador nos órgãos públicos.
ORDEM 49 ^a	
Nº VOTOS 14	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA	2124 - Garantir ao CEREST poder fiscalizatório dentro dos ambientes públicos e privados, bem como, ter mais colaboradores qualificados nas regionais, a fim de melhorar a qualidade e comunicação nos ambientes que não respeitam o mínimo de trabalho.
ORDEM 55 ^a	
Nº VOTOS 12	Destacques <i>Supressão Parcial em apenas 2 GTs com >50% (GT4 e Gt8) e 2 GTs com >70% (GT3 e GT7)</i>
APROVADA	2125 - Destinar recursos estaduais para a área do trabalhador de acordo com a realidade epidemiológica, social e cultural regional, buscando prioridade orçamentária para as medidas de prevenção e promoção da saúde do trabalhador.
ORDEM 102 ^a	
Nº VOTOS 2	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
APROVADA	2126 - Destinar e garantir verba específica dos recursos estaduais em saúde na adequação dos prédios públicos das SES proporcionando melhores condições de trabalho e segurança dos servidores estaduais.
ORDEM 86 ^a	
Nº VOTOS 5	Destacques não aprovados. <i>Supressão Total em apenas 2 GTs com >70% (GT2 e GT5)</i> <i>Supressão Parcial em apenas 1 GT com >70% (GT10)</i>
APROVADA	2127 - Que os recursos destinados à vigilância em saúde, venham com o percentual específico para a Vigilância em Saúde do Trabalhador.
ORDEM 55 ^a	
Nº VOTOS 12	NÃO DESTACADA EM 100% DOS GRUPOS
SUPRIMIDA	2128 - Ampliar o número de CEREST na 5º Coordenadoria de Saúde.
ORDEM 111 ^a	
Nº VOTOS 1	Resultado da Votação em Plenária Final: Supressão Total por ampla maioria de votos.

RESULTADO ELEIÇÃO DAS 12 PRIORITÁRIAS

1ª	<p>TOTAL DE VOTOS: 162</p> <p>1315 - Criar legislação que o assédio moral e as violências no ambiente de trabalho sejam considerados crime, punindo quem as praticou. O gestor público que tomar ciência do assédio e não tomar as devidas medidas será corresponsável sofrendo a perda do cargo público. E, o Estado terá que arcar com as despesas do tratamento das sequelas do assediado e seus familiares. No caso do gestor do setor privado a organização do trabalho será penalizada com multa com impedimento na participação em licitações públicas, além de arcar com as despesas do tratamento das sequelas do assediado e seus familiares, dentre outras penalidades.</p>
2ª	<p>TOTAL DE VOTOS: 143</p> <p>1326 - Estabelecer legislações que garantam ao CEREST e às equipes de Vigilância em Saúde do Trabalhador dos municípios e estados, o poder de fiscalização nos ambientes de trabalho e a condição de autoridade sanitária, com a participação dos sindicatos, e que configurem como infração sanitária o descumprimento de legislações de promoção e proteção à saúde dos trabalhadores.</p>
3ª	<p>TOTAL DE VOTOS: 131</p> <p>1104 - Reduzir a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salário, por conta da carga de trabalho excessiva estar gerando o adoecimento e alienação dos trabalhadores e trabalhadoras.</p>
4ª	<p>TOTAL DE VOTOS: 122</p> <p>1117 - Agilizar os processos de reavaliação dos registros e dos cadastros de agrotóxicos visando a proibição do uso de agrotóxicos perigosos e de maior risco à saúde e ao meio ambiente e reafirmar a proibição da importação e produção do uso de agrotóxicos já proibidos nos países de origem.</p>
5ª	<p>TOTAL DE VOTOS: 112</p> <p>1113 - Combater as horas-extras e proibir os bancos de horas por provocarem prejuízos à saúde devido à sobrecarga de trabalho.</p>
6ª	<p>TOTAL DE VOTOS: 100</p> <p>1304 - Exigir que o INSS: a) siga parâmetros definidos em protocolos, consensuados pelo Ministério da Saúde, para avaliação de doença, incapacidade e afastamento do trabalho, incluindo a utilização da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF); b) repasse as informações referentes às CATs (mesmo as recusadas), ao Ministério do Trabalho, aos órgãos de Vigilância em Saúde do Trabalhador do SUS e aos sindicatos; c) considere os laudos estabelecidos pelo SUS; d) aplique o Nexó Técnico Epidemiológico (NTEP) na realização das perícias do INSS; e) aceite as CATs emitidas pelo SUS e sindicatos de trabalhadores; e que nenhuma negativa de nexó com o trabalho seja produzida sem a investigação e realização de perícia nos locais de trabalho, com a presença do trabalhador e respectivo sindicato.</p>
7ª	<p>TOTAL DE VOTOS: 96</p> <p>1329 - Garantir a participação democrática dos trabalhadores rurais e urbanos, incluindo as comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas) os mesmos direitos dos setores público e privado quanto a acidentes de trabalho, invalidez e aposentadoria, com equiparação, para fins de cálculo previdenciário.</p>
8ª	<p>TOTAL DE VOTOS: 91</p> <p>1322 - Garantir uma política de saúde mental no trabalho, que articule as ações individuais - de assistência e de recuperação dos agravos - com as ações coletivas - de proteção, promoção, prevenção, de vigilância dos ambientes, processos e atividades de trabalho, e de intervenção sobre os fatores determinantes da saúde dos trabalhadores - que contemple a complexidade das relações trabalho/saúde mental, a atuação multiprofissional e interdisciplinar, construindo as interações necessárias entre as Redes de Atenção Psicossocial e a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador.</p>
9ª	<p>TOTAL DE VOTOS: 87</p> <p>1317 - Lutar contra toda e qualquer iniciativa de privatização do SUS e da Previdência Social.</p>
10ª	<p>TOTAL DE VOTOS: 82</p> <p>1129 - Criar e implantar uma política de prevenção, promoção, proteção e recuperação em saúde mental no trabalho, no setor público e privado, garantindo a inclusão e reconhecimento do sofrimento psíquico das doenças mentais nas avaliações ocupacionais de saúde do trabalhador.</p>
11ª	<p>TOTAL DE VOTOS: 76</p> <p>1302 - Garantir a integralidade na atenção à saúde dos trabalhadores, inserindo as ações de saúde do trabalhador em todas as instâncias da Rede de Atenção à Saúde do SUS (atenção primária em saúde, atenção especializada, CERESTs, urgência e emergência, atenção hospitalar, apoio diagnóstico, assistência farmacêutica e vigilância em saúde), e nas políticas públicas de saúde transversais à saúde do trabalhador, incluindo ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, respondendo às necessidades de cada território e fortalecendo a estrutura da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST).</p>
12ª	<p>TOTAL DE VOTOS: 75</p> <p>1134 - Combater toda e qualquer forma de violência de gênero, respeitando as identidades de gênero em ambientes de trabalho, sindicais e entidades a fins, buscando romper com as desigualdades de oportunidades e direitos entre homens e mulheres.</p>